

Maricelia Cristiam Lopes Machado

GOVERNANÇA, DIREITO À EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS

Diante do cenário da Pandemia da Covid-19, que tem se mostrado um acentuador das desigualdades sociais, faz-se necessário, para a efetivação de Políticas Públicas na Área da Educação, o enfretamento de temáticas como: Alfabetização Infantil, Ações Afirmativas, Evasão Escolar, flexibilização curricular, Educação como prioridade de Estado e não de Governo. Tratar como prioridades assuntos que abordam a situação da Juventude Negra na Sociedade Brasileira, a Realidade e experiências na Docência, a Formação Docente Universitária e as Influências das diferentes Teorias Pedagógicas na prática educativa, também é essencial para se cobrar, como cidadãos e sujeitos de direitos, as ações de governos em relação a essas políticas.

Nesta Edição, reunimos Produções Acadêmicas que discutem, por meio de indicadores reais, possíveis caminhos para atenuar os impactos dessa crise nas camadas populares. Além disso, os trabalhos enfatizam que a **Governança** por parte dos gestores, autoridades locais e dos órgãos Oficiais de Fiscalização se torna peça fundamental para a efetividade desse Direito Social garantido pela Carta Magna de 1988, a Educação.

